



APROVADO

Em 06/06/2023

Presidente

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA - CE

PARECER N° 010 /2023 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E
SOBRE O PROJETO DE LEI N° 010/2023

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do município de Monsenhor Tabosa/CE, de iniciativa do Poder Executivo.

Em sua mensagem, o Chefe do Poder Executivo destaca que "A proposta cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso a informação pública e, ao mesmo tempo, estabelece critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Município."

Sob o aspecto jurídico, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, uma vez que atende aos ditames constitucionais, da Lei Orgânica do Município de Monsenhor Tabosa e é de interesse público.

Com efeito, trata-se de matéria de interesse local sobre a qual compete ao Município legislar nos termos do Art. 30, inciso I da Constituição Federal, Art. 28, inciso I da Constituição do Estado do Ceará e do Art. 18, inciso I da Lei Orgânica do Município de Monsenhor Tabosa.

Sob o aspecto formal, a propositura encontra fundamento *caput* do Art. 61 da Carta Magna, no Art. 60, inciso II da Constituição do Estado do Ceará e no Art. 55, incisos II da Lei Orgânica Taboense, segundo os quais a iniciativa de leis cabe também ao chefe do Poder Executivo.

Portanto, entendemos que não há vício de iniciativa, sendo a proposta constitucional no aspecto formal.



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA - CE

Já no mérito, o projeto é respaldado pelo Art. 37 da Carta da República, cujo texto destaca-se a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte

O dispositivo traz princípios caros para a Administração Pública, dentre os quais destaca-se a publicidade, o qual o presente projeto de lei visa dar maior efetividade.

Atenta a tal panorama, a Lei Orgânica do Município de Monsenhor Tabosa também prevê o poder-dever do Município de zelar pelo princípio da publicidade, conforme Art. 74 a seguir destacado:

Art. 74. - A administração pública direta e indireta Municipal obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, eficiência e mais o seguinte, nos termos previstos no art. 37 da Constituição Federal e art. 154 da Constituição Estadual: (Alterado pela Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 2021).

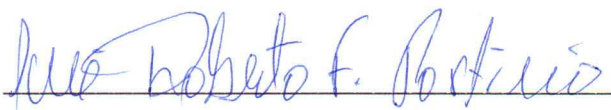


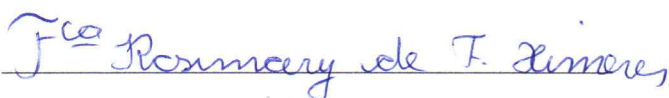
ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA - CE

Destarte, salvo melhor juízo, também sob o aspecto material, o presente projeto guarda relação com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica do Município de Monsenhor Tabosa/CE.

Ante o exposto, somos **PELA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI N° 10/2023** de autoria e iniciativa do Poder Executivo Municipal.

Monsenhor Tabosa, Sala da Comissão de Constituição e Justiça, dia _____ de _____ de _____.


PRESIDENTE DA CCJ


MEMBRO


MEMBRO



Mensagem ao Projeto de Lei nº 0010/2023, de 27 de abril de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor,
DIEGO MADEIRO MELO.

Presidente da Câmara Municipal de Monsenhor Tabosa/CE.

NESTA

Ao cumprimenta-lo cordialmente, submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, por meio do qual se pretende dispor sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Sobre a matéria, cumpre ressaltar que o direito de acesso garantido aos cidadãos nos termos da Constituição da República carece de regulamentação unitária e sistemática, que assegure, efetivamente, o acesso amplo a informações e documentos produzidos pela Administração Pública.

A proposta cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso a informação pública e, ao mesmo tempo, estabelece critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Município.

A garantia do direito de acesso a informações públicas como regra geral é um dos grandes mecanismos da consolidação dos regimes democráticos. O acesso a informação pública, além de indispensável ao exercício da cidadania, constitui um dos mais fortes instrumentos de combate à corrupção. O projeto em questão figura, portanto, como mais uma medida adotada pelo Governo Municipal como o objetivo de promover a ética e ampliar a transparência no setor público.

Nesse sentido, a proposta adota como regra geral o acesso pleno, imediato e gratuito as informações, sendo possível sua recusa somente mediante decisão devidamente fundamentada que indique o prazo para a interposição de recurso e a autoridade que o decidirá. Na mesma linha, o projeto determina que os órgãos e entidades públicas dêem ampla publicidade às informações sobre gestão, programas, projetos, metas, indicadores, licitações, contratos e prestação de contas, publicando-as em sítio da rede mundial de computadores, assegurada a adoção de mecanismos que viabilizem o acesso de portadores de deficiências.

A restrição do acesso somente será permitida em caso de informações pessoais ou imprescindíveis à segurança da sociedade e do Município, caso em que a restrição será imposta por meio de classificação da informação como sigilosa, mediante decisão devidamente fundamentada e a adoção do critério menos restritivo possível para a



definição do grau de sigilo que lhe será atribuído. Mesmo assim, será assegurado ao cidadão o acesso à parte não sigilosa, caso o sigilo abranja apenas parte do documento que contém a informação. Transcorrido o prazo do sigilo estipulado no momento da classificação ou após evento específico, eventualmente fixado como termo para o sigilo, a informação será automaticamente desclassificada, tornando-se acessível a qualquer cidadão.

Além de impor uma série de limitações à possibilidade de restrição do acesso a informação, a proposta ainda exige a aferição constante da existência das razões que justificaram a restrição de acesso, obrigando os órgãos e entidades públicas a revisarem, periodicamente, as informações classificadas como sigilosas, de modo a decidir sobre a necessidade de manutenção do sigilo. A mesma lógica é adotada para as informações classificadas sob a legislação atual, as quais deverão ser revisadas no prazo máximo de dois anos sob penas de desclassificação automática.

Para sistematizar o assunto, foi proposta a divisão do projeto em seis capítulos: das disposições gerais; do acesso a informações e da sua divulgação; do procedimento de acesso a informação; das restrições de acesso a informação; das responsabilidades; e das disposições finais e transitórias.

O acesso a informação pública, portanto, como expressão de transparência pública, deve não apenas compreender a acessibilidade das informações, mas, também, a garantia de que o ambiente onde são geradas tais informações não seja contaminado por ações de corrupção, abusos e desmandos.

Finalmente, cumpre notar que o tratamento do direito de acesso a informação como direito fundamental é um dos requisitos para que o município aprofunde a democracia participativa, em que não haja obstáculos indevidos à difusão das informações públicas e a sua apropriação pelos cidadãos.

São essas as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei de Acesso a Informação.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO SALOMAO DE ARAUJO SOUSA
Data: 27/04/2023 09:58:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisco Salomão de Araújo Sousa
PREFEITO MUNICIPAL



APROVADO

Em 06/06/2023

Diego Salomão de Araújo Sousa
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 0010/2023, de 27 de abril de 2023.

DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO E A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA/CE.

Eu, **Francisco Salomão de Araújo Sousa**, Prefeito Municipal de Monsenhor Tabosa/CE, no uso das atribuições legais que me são conferidas por lei, sanciono e publico a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Município de Monsenhor Tabosa/CE, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no artigo 5º, XXXIII, artigo 37, § 3º, II e artigo 216, § 2º da Constituição.

Parágrafo único - Subordinam-se ao regime desta Lei:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo; e

II – as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Monsenhor Tabosa/CE.

Art. 2º - Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único - A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput deste artigo, refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º - Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;



III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 6º - É dever da Administração Municipal promover, independente de requerimento, a divulgação no seu Portal, na Internet, de informações de interesse coletivo ou geral produzidas e custodiadas pelo Poder Público, observado o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 12.527/2011.

§ 1º - O Portal do Executivo Municipal na Internet, como endereço <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br> terá seção específica para a divulgação das informações de que trata o *caput*.

§ 2º - Serão disponibilizadas as informações, conforme padrão estabelecido junto ao Gabinete do Prefeito, contendo:

I – banner na página inicial, que dará acesso às ações específicas de que trata o §1º;

II - barra de identidade do Governo Municipal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para a seção sobre a Lei nº 12.527/2011;

III - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

IV - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

V - receita orçamentária arrecadada;

VI - repasses ou transferências de recursos financeiros;

VII - execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

VIII - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

IX - remuneração e subsídio dos cargos e empregos públicos;

X - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

XI - contato da autoridade de monitoramento do site, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC.



§ 3º - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis no site governamental.

Art. 7º - O Portal na Internet, <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br>, em cumprimento às normas estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, atenderá aos seguintes requisitos, entre outros:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II – possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações;

III – possibilitar acesso a ser utilizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis;

IV – divulgar os formatos utilizados para estruturação da informação;

V – garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica, telefônica ou pessoal, como Serviço de Informação ao Cidadão -SIC;

VII – garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Art. 8º - O acesso à informação disciplinado na presente Lei não se aplica:

I - as hipóteses legais de sigilo, previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;

II - as sindicâncias investigatórias em andamento, assim classificadas pela autoridade instauradora competente como envolvendo situações de caráter sigiloso;

III - as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Poder Público ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer espécie de vínculo com ele;

IV - as negociações prévias e a celebração de protocolos de intenções entre o Poder Público e particulares, relativos à instalação de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços no território municipal, de proporções econômicas e sociais significativas para a realidade local, até a definição dos benefícios a serem concedidos no âmbito de programa de desenvolvimento econômico e a edição de lei autorizativa de instalação do empreendimento com a concessão de incentivos públicos;



V - as plantas e memoriais descritivos das instituições financeiras que trabalhem como o gerenciamento, a guarda ou o transporte de moeda corrente ou títulos de crédito, ou que mantenham, em suas dependências, cofres, bem como informações sobre os seus sistemas de segurança;

VI - senhas de acesso, certificados digitais, chaves criptográficas e dados relacionados à segurança dos sistemas de informática dos órgãos públicos, inclusive a relação nominal dos servidores que detém acesso aos procedimentos e ferramentas de segurança de tecnologia de informação;

VII - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

VIII - prontuários médicos e projetos de edificações não públicas.

Parágrafo único - As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem em violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objetos de restrição de acesso.

Art. 9º - O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e a Ouvidoria, instalados no Paço Municipal Praça 07 de setembro, nº 15 Centro, CEP: 63780-000, Centro, Monsenhor Tabosa/CE, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, poderão ser acessados de forma pessoal e/ou digital, através da ferramenta disponibilizada no Portal do Executivo Municipal, no endereço <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br>

Parágrafo único - Cabe ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e Ouvidoria:

I - disponibilizar atendimento presencial e digital ao público;

II - receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;

III - orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no endereço eletrônico <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br>;

IV - zelar pelo conteúdo e qualidade da resposta;

V - disponibilizar a resposta encaminhada pela unidade responsável ao cidadão solicitante no formato que ele optar;

VI - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;

VII - elaborar relatório mensal dos atendimentos.



CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Do Pedido de Acesso

Art. 10 - Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações públicas referentes aos órgãos e entidades municipais, preferencialmente, nos sites <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br> e, na impossibilidade de utilização desse meio, no endereço do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa/CE.

§ 1º - O pedido de acesso à informação deverá conter:

I- Nome do requerente, CPF e número de telefone de contato;

II – número e cópia de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;

IV - Endereço físico ou eletrônico do requerente, ou outro meio indicado para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§ 2º - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos ou desproporcionais;

II - classificados como grau de sigilo reservado;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção e tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§ 3º - Em todas as hipóteses previstas nos no parágrafo anterior, o Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria, responderá ao requerente da impossibilidade de prestar a informação solicitada.

Art. 11 – As informações solicitadas serão prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e Ouvidoria, no prazo de até 20 (vinte) dias uteis.

§ 1º - O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias uteis, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dado ciência ao requerente.

§ 2º - Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e Ouvidoria deverá:



I - apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

II - comunicar que não possuía informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão, entidade ou organização, não pertencente à Administração Pública Municipal, que deve tê-la.

§ 3º - Quando não fora autorizado o acesso, por se tratar de informação classificada como reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de interpor recurso.

Art. 12 - Os serviços de busca e de fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de prestação da informação por meio de cópia reprográfica ou de mídias, apenas CDs ou DVDs, que deverão ser custeadas pelos solicitantes.

§ 1º - Os custos de reprodução da informação solicitada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, será composto pelo custo de emissão do boleto bancário, acrescido do valor correspondente à quantidade de impressões ou mídias necessárias.

§ 2º - O SIC e Ouvidoria e/ou o Departamento de Tributos e Arrecadação desta municipalidade, emitirá o boleto bancário para os solicitantes e somente entregará os documentos impressos ou a mídia quando comprovado o pagamento em agência bancária conveniada.

§ 3º - Os valores cobrados serão os constantes nos Registros de Preços vigentes no Município.

Art. 13 - Fica isentado pagamento a que se refere o artigo 12, § 1º da presente Lei:

I - a pessoa cuja situação econômica não lhe permita fazê-los em prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei.

II - a pessoa que fornece a mídia eletrônica para realizar cópia digital da informação (CDs ou DVDs);

III - a pessoa que requerer até 10 (dez) impressões.

Seção II **Dos Recursos**

Art. 14 - No caso de indeferimento de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, junto ao Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria.



§ 1º - A interposição do recurso deverá ser feita junto ao SIC e Ouvidoria, que o encaminhará imediatamente ao Gabinete do Prefeito, e/ou Procuradoria Jurídica que, por sua vez, deverá se manifestar no prazo de 5(cinco) dias uteis.

§ 2º - Provido o recurso, simultaneamente a Procuradoria Jurídica deverá:

I - comunicar ao SIC e Ouvidoria o teor da decisão; e

II - determinar ao servidor responsável pela informação que adote, no prazo de 15 (quinze) dias uteis, as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 e nesta Lei.

Art. 15 - Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo de 20 (vinte) dias uteis, previsto no art.11 desta Lei, o órgão ou a entidade responsável pela informação, cientificará o SIC e a Ouvidoria da necessidade de prorrogação do prazo por até 10 (dez) dias uteis.

§ 1º - A cientificação deverá ocorrer com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência do término do prazo máximo previsto no *caput* deste artigo, mediante justificativa expressa.

§ 2º - A decisão denegatória do recurso deverá conter, no mínimo, os elementos contidos na Lei 12.527/2011.

§ 3º - O órgão ou a entidade responsável pela informação, em prazo não superior a 15 (quinze) dias uteis, encaminhará ao SIC e Ouvidoria, por meio eletrônico:

I - A informação solicitada;

II - A decisão da negativa total ou parcial de acesso à informação, que deverá conter:

- a) o assunto sobre o qual versa a informação;
- b) os fundamentos da negativa; e
- c) a indicação do prazo de limitação do acesso, quando se tratar de sigilo temporário.

CAPÍTULO IV DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 16 - Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.



Parágrafo único - As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 17 - O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo município ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Seção II

Da Classificação da Informação quanto ao grau e prazos de sigilo

Art. 18 - São passíveis de classificação em grau de sigilo reservado as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do município, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I – prejudicar ou colocar em risco a condução de negociações ou as relações do município;

II – prejudicar ou colocar em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Municípios, Estados e organismos internacionais;

III – causar risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV – prejudicar ou causar risco a projetos e planos em desenvolvimento, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesses municipal, observado o disposto na presente Lei;

V – colocar em risco a segurança de instituições ou de autoridades municipais e seus familiares; ou

VI – comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização e mandamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

§ 1º - O prazo máximo de classificação do grau de sigilo reservado é de 5 (cinco) anos;

§ 2º - Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso à ocorrência de determinado evento.

Art. 19 - As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-Prefeito e seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 20 - As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 12.527/2011.



§ 1º - As informações de que trata o “caput” deste artigo poderão ser divulgadas ou acessadas por terceiros, diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que ela se referir.

§ 2º- Aquele que obtiver a cesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

Seção III

Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

Art. 21 - É dever do Município controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

§ 1º - O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos as pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º - O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

Art. 22 - As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que as pessoas a elas subordinadas hierarquicamente, conheçam as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único - A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 23 - O Gabinete do Prefeito e a Procuradoria Jurídica do Município são os órgãos responsáveis pela gestão e pelo monitoramento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Ouvidoria.

Art. 24 - O solicitante deve declarar ciência de que o uso das informações está limitado às finalidades e destinações alegadas no pedido de acesso à informação e de que pode vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida das informações solicitadas.



Art. 25 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de defesa.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido, nos termos dos arts.32 a 34 da Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 26 - A pessoa física ou entidade privada que de tiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza como poder público e deixar de observar o disposto na presente Lei, estará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III – rescisão do vínculo como poder público;

IV – Suspensão temporária de participarem licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único - As sanções previstas poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II deste artigo, assegurado o direito de defesa ao interessado, no respectivo processo, no prazo de até 10 (dez) dias uteis.

Art. 27 - O Gabinete do Prefeito, juntamente com a Procuradoria Jurídica do Município, desenvolverá atividades para:

I - promover a abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos sobre a regulamentação existente e, no que couber, orientação às entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação; e

IV - definição de formulários padrão, disponibilizados em meio físico e eletrônico, na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e Ouvidoria.



Art. 28 - Na aplicação da presente Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações contidas nas disposições da Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 29 - A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, contendo as seguintes informações:

§ 1º - Os órgãos e entidades deverão manter exemplar da publicação prevista no caput para consulta pública em suas sedes.

§ 2º - Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Art. 30 - Após a finalização dos procedimentos relativos ao fornecimento das informações de que trata a presente Lei, o SIC e Ouvidoria providenciarão o arquivamento da solicitação.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31- Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Art. 32 - Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultras secretas e secretas no prazo máximo de 02 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

§ 1º - A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 2º - No âmbito da administração pública municipal, a reavaliação prevista no caput poderá ser revista, a qualquer tempo, observados os termos desta Lei.

§ 3º - Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no *caput*, será mantida a classificação da informação nos termos da legislação precedente.

§ 4º - As informações classificadas como secretas e ultras secretas não reavaliadas no prazo previsto no *caput* serão consideradas, automaticamente, de acesso público.

Art. 33 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, mediante Decreto, no que couber.



Prefeitura Municipal de
MONSENHOR TABOSA
Fazendo mais pela terra de todos nós



Art. 34 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa/CE, 27 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO SALOMAO DE ARAUJO SOUSA
Data: 27/04/2023 09:58:05-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Francisco Salomão de Araújo Sousa
PREFEITO MUNICIPAL